



Simulado Final

ISS RJ

Analista de Planejamento
e Orçamento - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial - ISS RJ - Analista de Planejamento e Orçamento

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS-RJ (Analista de Planejamento e Orçamento);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-RJ-Analista-20-08>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|-------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 27 - ABCDE | 53 - ABCDE | 79 - ABCDE | 105 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 28 - ABCDE | 54 - ABCDE | 80 - ABCDE | 106 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 29 - ABCDE | 55 - ABCDE | 81 - ABCDE | 107 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 30 - ABCDE | 56 - ABCDE | 82 - ABCDE | 108 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 31 - ABCDE | 57 - ABCDE | 83 - ABCDE | 109 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 32 - ABCDE | 58 - ABCDE | 84 - ABCDE | 110 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 33 - ABCDE | 59 - ABCDE | 85 - ABCDE | 111 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 34 - ABCDE | 60 - ABCDE | 86 - ABCDE | 112 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 35 - ABCDE | 61 - ABCDE | 87 - ABCDE | 113 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 36 - ABCDE | 62 - ABCDE | 88 - ABCDE | 114 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 37 - ABCDE | 63 - ABCDE | 89 - ABCDE | 115 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 38 - ABCDE | 64 - ABCDE | 90 - ABCDE | 116 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 39 - ABCDE | 65 - ABCDE | 91 - ABCDE | 117 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 40 - ABCDE | 66 - ABCDE | 92 - ABCDE | 118 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 41 - ABCDE | 67 - ABCDE | 93 - ABCDE | 119 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 42 - ABCDE | 68 - ABCDE | 94 - ABCDE | 120 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 43 - ABCDE | 69 - ABCDE | 95 - ABCDE | 121 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 44 - ABCDE | 70 - ABCDE | 96 - ABCDE | 122 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 45 - ABCDE | 71 - ABCDE | 97 - ABCDE | 123 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 46 - ABCDE | 72 - ABCDE | 98 - ABCDE | 124 - ABCDE |
| 21 - ABCDE | 47 - ABCDE | 73 - ABCDE | 99 - ABCDE | 125 - ABCDE |
| 22 - ABCDE | 48 - ABCDE | 74 - ABCDE | 100 - ABCDE | 126 - ABCDE |
| 23 - ABCDE | 49 - ABCDE | 75 - ABCDE | 101 - ABCDE | 127 - ABCDE |
| 24 - ABCDE | 50 - ABCDE | 76 - ABCDE | 102 - ABCDE | 128 - ABCDE |
| 25 - ABCDE | 51 - ABCDE | 77 - ABCDE | 103 - ABCDE | 129 - ABCDE |
| 26 - ABCDE | 52 - ABCDE | 78 - ABCDE | 104 - ABCDE | 130 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO PARA AS QUESTÕES 1, 2, 3, 4 E 5**

Qual seria a melhor campanha para garantir a saúde da população? De vacinação, alimentação de qualidade, contra o fumo? Todas são importantes, mas o escritor Peter Walker afirma que o planejamento urbano é fundamental para resolver a equação. O motivo: as cidades têm que ser repensadas para estimular a atividade física, já que o sedentarismo é, atualmente, a quarta causa de mortes no mundo.

Mesmo reconhecendo que, com frequência, é difícil vencer a inércia, não se pode afirmar que não se exercitar é uma escolha pessoal. Se as cidades fossem mais convidativas, talvez o cenário fosse outro. Essa é a tese de Walker, que é comentarista político e ciclista, em seu livro recém-lançado: “A pílula milagrosa: por que um mundo sedentário está entendendo tudo errado”?

Ele diz que cerca de 1.5 bilhão de pessoas no planeta estão pondo em risco sua saúde a longo prazo. Todo ano, estima-se que 5.3 milhões morram por questões relacionadas ao estilo de vida sedentário – o equivalente à população da Noruega. No Reino Unido, 80% das crianças se exercitam tão pouco que há um risco grande de terem comprometimento do sistema cardiovascular, ossos frágeis e outras doenças crônicas.

Há mais estatísticas no livro, mas a intenção não é fazer com que ninguém se sinta culpado. Seu objetivo é o oposto: mostrar que tais padrões podem ser quebrados e que nunca é tarde para começar a se movimentar. Principalmente, é necessário cobrar do poder público políticas urbanas que estimulem a atividade física. O título dá o mapa da mina: a pílula milagrosa se refere a uma pesquisa realizada na Dinamarca que, ao longo de 15 anos, acompanhou 30 mil pessoas. Aquelas que pedalavam indo e vindo do trabalho apresentaram 40% a menos de chances de morrer no período do estudo.

No mundo inteiro, houve um enorme declínio na movimentação natural, que foi sendo removida das nossas vidas – do controle remoto dos aparelhos de TV aos comandos elétricos dos carros, das escadas rolantes

ao trabalho em regime de home office. Deveriam as políticas públicas municipais apostar em cidades com menos carros e mais ruas de pedestres e ciclovias; em mais parques e áreas de lazer dotadas de equipamentos – e, claro, em segurança para esses locais. Superar a inércia não seria tão complicado.

(Por Mariza Tavares. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2021/06/08/planejamento-urbano-pode-combater-o-sedentarismo.ghtml>. Adaptado)

01. O texto começa por uma sequência de perguntas cuja finalidade básica é

- a) testar os conhecimentos prévios do leitor, a fim de estimular seu interesse.
- b) direcionar a leitura do texto para um público específico.
- c) indicar o teor político do texto, que possui um caráter persuasivo.
- d) selecionar leitores que já tenham conhecimento sobre a temática.
- e) provocar uma reflexão no leitor, que possa ligá-lo à temática do texto.

02. A presença de dados estatísticos no texto tem a função de

- a) corroborar a tese defendida pelo autor do livro
- b) dar mais autoridade às informações prestadas no texto.
- c) demonstrar que atualmente as crianças estão mais propícias ao sedentarismo.
- d) indicar a preocupação de especialistas no assunto.
- e) evidenciar um ponto de vista diferente sobre o mesmo tema.

03. Assinale a opção que apresenta o conector que tem seu significado indicado incorretamente.

- a) "Todas são importantes, **mas** o escritor Peter Walker afirma que o planejamento urbano é fundamental" (1º parágrafo) / oposição
- b) "**Mesmo** reconhecendo que, com frequência, é difícil vencer a inércia, não se pode afirmar" (2º parágrafo) / proporcionalidade
- c) "as cidades têm que ser repensadas **para** estimular a atividade física" (1º parágrafo) / finalidade
- d) "80% das crianças se exercitam tão pouco **que** há um risco grande" (3º parágrafo) / consequência
- e) "**já que** o sedentarismo é, atualmente, a quarta causa de mortes no mundo." (1º parágrafo) / causa

04. Assinale a opção que apresenta o termo cuja preposição é uma exigência de um termo anterior.

- a) "população da Noruega" (4º parágrafo)
- b) "período do estudo" (4º parágrafo)
- c) "saúde da população" (1º parágrafo)
- d) "comprometimento do sistema cardiovascular" (3º parágrafo)
- e) "ruas de pedestres" (5º parágrafo)

05. Assinale a alternativa em que o conector QUE exerça a mesma função identificada em "que é comentarista político e ciclista" (2º parágrafo).

- a) "é necessário cobrar do poder público políticas urbanas **que** estimulem a atividade física" (4º parágrafo)
- b) "**já que** o sedentarismo é, atualmente, a quarta causa de mortes no mundo" (1º parágrafo)
- c) "Ele diz **que** cerca de 1.5 bilhão de pessoas no planeta" (3º parágrafo)
- d) "o escritor Peter Walker afirma **que** o planejamento urbano é fundamental para resolver a equação" (1º parágrafo)
- e) "estima-se **que** 5.3 milhões morram por questões relacionadas ao estilo de vida sedentário"

06. A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:

- a) Os resultados das últimas ações implicam em crescimento econômico.
- b) As notícias chegaram nas populações mais distantes.
- c) Lembrei o seu aniversário logo pela manhã.
- d) Viajei para informar-lhes de que a situação não mudou.
- e) Seu empenho visava o sucesso.

07. Uma narrativa mostra uma sequência de ações ou acontecimentos; a frase abaixo que mostra uma ação é:

- a) Os políticos queriam a aprovação do novo projeto.
- b) No processo, as mulheres sempre eram as mais tranquilas.
- c) Pensou ter ouvido barulho vindo dos fundos da casa.
- d) O vizinho suspeito apedrejou nosso portão.
- e) Ainda que saudável, permanecia cauteloso.

08. Assinale a alternativa que apresenta estruturas paralelísticas.

- a) Quando encontraram a solução, já era tarde demais.
- b) Para ser promovido é preciso bater a meta e que se tenha dedicação.
- c) Os gerentes elaboraram o projeto e os atendentes o executaram.
- d) As novas diretrizes de funcionamento foram publicadas.
- e) Não havia a intenção de encerramento do processo.

09. Todas as frases abaixo foram passadas para a voz passiva; a frase em que essa passagem foi feita de forma adequada (com respeito à estrutura original) é:

- a) Todos aguardavam ansiosamente a chegada dos novos produtos / A chegada dos novos produtos foi aguardada ansiosamente por todos.
- b) Um cerimonialista justificou a ausência de alguns representantes / A ausência de alguns representantes foi justificada pelo cerimonialista.
- c) Obras diurnas incomodariam os moradores / Os moradores eram incomodados por obras diurnas.
- d) O Ministério da Educação criará um novo projeto didático-pedagógico / Um novo projeto didático-pedagógico será criado pelo Ministério da Educação.
- e) As fábricas de tecido descartavam materiais tóxicos no meio ambiente / Os materiais tóxicos eram descartados pelas fábricas no meio ambiente.

10. A variação de grau no português nem sempre está relacionada à dimensão (grande ou pequeno). Algumas palavras que sofrem variação passam a designar novos seres ou expressar um valor, que pode ser positivo ou negativo. Assinale a alternativa em que o aumentativo indica uma valoração positiva.

- a) salão
- b) dinheirão
- c) narigão
- d) carrão
- e) orelhão

11. Assinale a opção cujo par não é formado por substantivo e adjetivo.

- a) sistema inoperante
- b) grande romancista
- c) mal conceituado
- d) memória indelével

e) longínqua cidade

12. Assinale a opção que indica a frase em que o acento grave indicativo de crase acento está empregado incorretamente.

- a) Quando perceberam a movimentação, os jornalistas saíram às pressas.
- b) A notícia chegou à pequena cidade de imigrantes.
- c) O voto partidário estava relacionado à decisões pessoais.
- d) Ao filho ensinou gentileza; à filha ensinou perseverança.
- e) Os trajes não estavam à altura do jantar.

13. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Quando João chegou atrasado, o gerente ligou para seu superior.
- b) Os professores disseram aos alunos que poderiam escolher uma outra avaliação.
- c) Os técnicos instalaram um sistema rápido.
- d) Ele devolveu a capa do celular que estava em seu carro.
- e) Ninguém precisou esconder a verdade.

14. “Não crie polêmicas; proponha soluções.” Essa frase exemplifica a seguinte função da linguagem:

- a) metalinguística
- b) conativa
- c) referencial
- d) poética
- e) fática

15. Observe o trecho a seguir

“O Brasil vem tentando de tudo. Toda vez que aparece uma potência emergente no mundo, tentamos nos repensar e refazer à sua imagem. Será a China do século XXI? Ou será que já não fomos longe demais nessa bizarra e infrutífera empreitada? Por que não fazer do Brasil o próprio Brasil?” (Eduardo Giannetti, O elogio do vira-lata)

Nesse trecho, o autor

- a) incentiva a empreitada brasileira
- b) reúne argumentos que favorecem a sua opinião pessoal
- c) expõe sua opinião pessoal
- d) confronta diferentes opiniões
- e) informa sobre determinado assunto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

16. Sobre o tema poderes administrativos, sob a ótica da doutrina e jurisprudência, assinale a opção correta:

- a) é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, especialmente para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- b) é inconstitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- c) é constitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.
- d) o poder de polícia administrativa está subordinado ao princípio da legalidade, mas o seu

exercício depende da prévia autorização do Poder Judiciário.

- e) a fase do ciclo de polícia de sanção não pode ser delegada à pessoa jurídica de direito privado, ainda que integrante da Administração Pública indireta e prestadora de serviço público.

17. Uma entidade criada no âmbito da administração pública, por lei específica, com personalidade de direito público e patrimônio próprio, que desempenha atribuições públicas típicas e tem capacidade de autoadministração sob controle estatal é denominada

- a) consórcio público.
- b) entidade de cooperação.
- c) autarquia.
- d) empresa pública.
- e) agência executiva.

18. José tomou conhecimento de que uma sociedade de economia estadual, prestadora de serviços públicos, acessou suas informações pessoais sem o seu consentimento. Inconformado, ele formulou uma denúncia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, para a adoção das medidas cabíveis, principalmente no que diz respeito a providências para que seus dados não fossem vazados.

Tendo como base as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, pode-se afirmar que:

- a) a LGPD não se aplica às SEM, tendo em vista sua personalidade jurídica de direito privado, salvo se os dados forem utilizados na operacionalização de políticas públicas, no âmbito da execução delas.
- b) o tratamento de dados pessoais somente é possível quando houver consentimento do titular.
- c) o simples fato de a sociedade de economia mista compor a Administração Pública Estadual já é suficiente para aplicar as regras do setor público da LGPD.

d) para o STF, o compartilhamento de dados pessoais no setor público é inconstitucional, uma vez que recente emenda à Constituição definiu a proteção dos dados pessoais como direito fundamental.

e) a SEM, quando estiver operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terá o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e entidades do Poder Público, a despeito de sua personalidade jurídica de direito privado.

19. No que diz respeito às sanções de improbidade administrativa, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 8.429/1992, com a atual redação promovida pela Lei nº 14.230/2021, assinale a opção correta

a) a sanção de perda da função pública é aplicável aos atos que importam enriquecimento ilícito, aos que causam prejuízo ao erário e aos que atentam contra os princípios da Administração Pública.

b) o valor da multa civil pode ser aumentado em até dez vezes, caso o juiz considere que o valor previsto como sanção na lei para cada tipo de ato seja ineficaz para reprovação do ato de improbidade.

c) é vedado considerar os efeitos econômicos e sociais das sanções, quando se tratar da responsabilização de pessoas jurídicas, uma vez que estas somente se submetem às sanções da Lei Anticorrupção.

d) em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções.

e) nos casos em que ocorra lesão ao patrimônio público, não é possível deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos discutidos na ação de improbidade.

20. A Lei nº 8.666/1993 diz que o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as suas normas e com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Acerca desse tema, assinale a opção correta

a) é vedada a contratação de terceiros como assistente do representante da administração, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

b) o preposto indicado pelo contratado, como seu representante na execução do contrato, independe de aceitação pela administração.

c) o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

d) a fiscalização e acompanhamento do contrato pelo órgão interessado pode excluir a responsabilidade do contratado pelos danos causados a terceiros.

e) o contratado não é responsável pelos encargos previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato.

21. Considere que a empresa Ômega pretenda responder a convocação feita por chamamento público pelo Estado do Rio de Janeiro demonstrando seu interesse no fornecimento de bens utilizados na prestação de serviços hospitalares. O advogado da empresa foi consultado para indicar quais seriam os requisitos a serem preenchidos para permitir a participação da empresa nesse procedimento. Em sua resposta, o advogado listou corretamente as regras para o credenciamento, a exceção de uma. Assinale a alternativa que não corresponde a uma hipótese ou regra prevista para esse procedimento na Lei nº 14.133/2021:

- a) o credenciamento poderá ser usado quando a seleção do prestador está a cargo do beneficiário direto da prestação.
- b) é permitido cometer a terceiros o objeto contratado, independentemente de autorização expressa da administração.
- c) no credenciamento, não há competição entre os credenciados, motivo pelo qual o procedimento ocorre por inexigibilidade de licitação.
- d) a Administração deve permitir o cadastramento permanente de novos interessados, divulgando e mantendo o edital de chamamento de interessados em sítio eletrônico oficial.
- e) quando for viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, deverá ser definido, no edital, o valor da contratação.

22. O Estado do Rio de Janeiro contratou a Empresa Construindo S.A para realização de uma importante obra de infraestrutura. No decorrer da execução do contrato, a empresa encontrou dificuldades concernentes à inadequação técnica do projeto disponibilizado junto com os demais documentos anexados ao processo de licitação. Em virtude disso, é correto afirmar que

- a) é possível alterar unilateralmente o contrato para modificação do projeto ou das especificações nos

casos em que for necessária a adequação técnica a seus objetivos.

- b) não é possível a alteração do projeto original, em razão do princípio da imprescindibilidade da licitação.
- c) as alterações nos contratos de obras e serviços de engenharia não ensejam a responsabilização do responsável técnico, quando decorrentes de falhas no projeto.
- d) havendo equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, nos casos de ser necessária uma alteração unilateral, somente poderá ser restabelecido quando houver aumento dos encargos do contratado.
- e) caso seja necessária a alteração do projeto ou das suas especificações, essa deverá ocorrer por acordo entre as partes e desde que não haja alteração do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

23. Suponha que o Estado do Rio de Janeiro tenha firmado parceria com a Organização da Sociedade Civil Beta, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para atuação na preservação, conservação e proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente. A parceria foi firmada para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública, para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, que envolveram a transferência de recursos financeiros. Conforme dispõe a Lei nº 13.019/14, o instrumento jurídico por meio do qual foi formalizada tal parceria é denominado

- a) termo de fomento.
- b) acordo de cooperação.
- c) parceria público-privada.
- d) termo de colaboração.
- e) contrato de gestão.

24. José, servidor público ocupante do cargo efetivo de Analista de Planejamento e Orçamento, está atuando na condução de determinado processo administrativo, cujo interessado é Jorge, seu desafeto antigo. Por serem de uma cidade pequena, todos sabem que suas desavenças perduraram toda a infância e seguiram com eles até a vida adulta. Tendo em vista essa situação, julgue o item a seguir tomando como referência a Lei nº 9.784/1999,

- a) pode ser reconhecida a suspeição de José, e, caso seja indeferida a alegação de suspeição, caberá recurso sem efeito suspensivo.
- b) não se trata de hipótese de suspeição, mas sim de impedimento, devendo ser reconhecido de ofício.
- c) não se trata de hipótese de impedimento ou suspeição, já que não há provas da inimizade entre as partes.
- d) trata-se de hipótese de impedimento, que deve ser reconhecido de ofício e pode ser alvo de recurso, com efeito suspensivo.
- e) a suspeição de José deve ser reconhecida de ofício ou pode ser objeto de arguição de suspeição, que, se indeferida, pode ser objeto de recurso com efeito suspensivo.

25. Segundo a jurisprudência do STF, a taxa que tenha como fato gerador a prestação, em eventos com fins lucrativos e promocionais, de serviços da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar ou do Departamento de Trânsito, com o propósito de resguardar a segurança pública na região, denominada “taxa de segurança para eventos”:

- a) poderá ser exigida, desde que o seu produto seja investido no custeio e aperfeiçoamento da atividade policial.
- b) pode ser exigida, pois trata-se de atividade que tem natureza divisível, uma vez que a demanda pela segurança decorre de forma direta e específica da realização do evento, justificando a instituição da taxa de segurança de eventos.

c) tem embasamento na Constituição Federal, que admite a instituição de taxa em razão do exercício do poder de polícia, sendo que não se justifica o custeio de atividade de policiamento, em evento lucrativo, por meio dos impostos.

d) é constitucional, desde que a sua instituição seja vinculada à realização de eventos lucrativos, reservando-se o custeio do policiamento de eventos não lucrativos aos impostos.

e) é inconstitucional, visto que a segurança pública deve ser remunerada por meio de impostos, já que constitui serviço geral e indivisível, devido a todos os cidadãos, independentemente de contraprestação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. A norma constitucional segundo a qual “a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho”, na classificação de José Afonso da Silva, possui

- a) eficácia limitada de princípio programático.
- b) eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) eficácia diferida e aplicabilidade direta e imediata.
- d) eficácia contida e aplicabilidade mediata.
- e) eficácia limitada de princípio institutivo.

27. A respeito dos direitos políticos, conforme estabelece a Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Federal no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- b) À ação de impugnação de mandato será dada ampla publicidade, para que toda a sociedade possa acompanhar os fatos e as provas anexadas aos autos, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- c) A Constituição Federal autoriza a realização de consultas populares diretas concomitantemente às eleições municipais, observado que os quesitos sejam encaminhados à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.
- d) A condenação por improbidade administrava acarreta a perda dos direitos políticos.
- e) A condenação criminal contra a qual ainda caibam recursos provoca a suspensão dos direitos políticos.

28. O Estado Y editou lei que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. Segundo entendimento do STF a referida lei é:

- a) Inconstitucional, pois legislar sobre direito civil e política de seguros é competência privativa da União.
- b) Inconstitucional, pois legislar em matéria de saúde é competência privativa da União.
- c) Constitucional, pois é competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Constitucional, pois é de competência concorrente legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- e) Constitucional, pois há Lei Complementar federal que autoriza os Estados a legislar sobre tal matéria.

29. A respeito da repartição de competências legislativas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa incorreta:

- a) A Lei distrital que proíbe as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet é constitucional, pois embora seja da competência da União legislar sobre telecomunicações, a competência para dispor sobre os direitos do consumidor é concorrente.
- b) Lei estadual que autoriza policiais militares utilizarem em serviço armas apreendidas é inconstitucional, tendo em vista que compete à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- c) Lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de saúde, é inconstitucional, porque compete à União legislar sobre seguros e fiscalizar as operações relacionadas a essa matéria.
- d) É inconstitucional lei distrital que concede gratificação por risco de vida aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, porque compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- e) É inconstitucional a lei estadual que obriga a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.

30. A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa correta.

- a) A instauração de processo criminal contra Deputados e Senadores depende de prévia autorização legislativa, por decisão da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.
- b) Nenhum estado da federação poderá eleger menos de nove ou mais de setenta Deputados Federais.
- c) O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada estado e o Distrito Federal elegem três Senadores, independentemente de sua população.
- d) Em regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões são tomadas por maioria absoluta de seus membros.
- e) As Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diferentemente do que se aplica às Comissões Parlamentares de Inquérito, não podem convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto determinado.

31. João, filho de pai alemão e mãe canadense, nasceu no Brasil. No momento de seu nascimento, seus pais estavam no país clandestinamente, foragidos da Alemanha, local em que foram condenados por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins. Sobre João, é correto afirmar que:

- a) poderá adquirir a nacionalidade brasileira após completar 18 anos, desde que continue a residir no Brasil e requeira formalmente a sua nacionalidade.
- b) por ser brasileiro nato, atendidos aos demais requisitos constitucionais, poderá ser eleito ao cargo de Presidente da República.
- c) poderá ser extraditado do Brasil caso venha a praticar, após a sua naturalização, o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas

afins, ou caso venha a praticar crime comum antes de sua naturalização.

- d) Os pais de João, em razão de o filho ser brasileiro nato, não poderão ser extraditados do Brasil.
- e) João não poderia adquirir a nacionalidade brasileira na condição primária, porque seus pais entraram no Brasil clandestinamente.

32. Por iniciativa de deputado federal, foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que objetiva a criação do Estado de Camboriú, a partir do desmembramento do Estado de Santa Catarina. A respeito do assunto, indique a alternativa compatível com o disposto na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal proíbe a secessão, motivo pelo qual o projeto de lei complementar deveria ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- b) A votação do projeto pelo Congresso Nacional dependeria de autorização, por meio de plebiscito, da população brasileira.
- c) A criação do Estado de Camboriú dependeria de divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) O Estado de Camboriú poderia ser criado por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional, após consulta prévia à população diretamente interessada, desde que o resultado do plebiscito fosse positivo.
- e) O projeto de lei complementar destinado à criação de novos Estados é da iniciativa privativa do Presidente da República, razão pela qual há vício de iniciativa no processo legislativo que não pode ser convalidado pela sanção presidencial.

33. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina processou e julgou originariamente mandado de segurança impetrado contra o Governador do Estado. Sabendo que a decisão foi denegatória, o impetrante, inconformado, em grau de recurso, poderá interpor:

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- e) recurso especial ao Supremo Tribunal Federal.

34. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede no na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

35. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é órgão temporário destinado a investigar fato determinado e de interesse público. A respeito do tema, indique a alternativa INCORRETA.

- a) A investigação feita pela CPI tem natureza político-administrativa e reflete função atípica do Poder Legislativo.
- b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.
- c) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é nula a intimação de indígena não aculturado para oitiva em CPI, na condição de testemunha, fora de sua comunidade.
- d) Não afronta a Constituição Federal norma regimental da Câmara dos Deputados que limita o número de CPI em funcionamento simultâneo.
- e) A CPI tem poderes próprios para determinar a quebra de sigilo bancário de pessoa investigada, mas não tem poderes para promover a quebra de sigilo das comunicações telefônicas.

CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA*Marcondes Fortaleza*

36. A Cia X tem 100% de participação na Cia Y. Em 31/12/X0, elas apresentam os seguintes balanços patrimoniais:

	Cia X	Cia Y
Caixa	150.000	100.000
Terrenos	80.000	
Investimentos (Cia Y)	100.000	
Total	330.000	100.000
Capital Social	330.000	100.000
Total	330.000	100.000

Na data, a Cia X possuía dois terrenos, o primeiro contabilizado por R\$ 30.000, e o segundo, por R\$ 50.000.

Em janeiro de X1, a Cia X vendeu os dois terrenos para a Cia Y, o primeiro por R\$ 40.000 e o segundo por R\$ 45.000.

Assinale a opção que indica o valor total do ativo no balanço patrimonial consolidado.

- a) R\$ 240.000.
- b) R\$ 260.000.
- c) R\$ 325.000.
- d) R\$ 330.000.
- e) R\$ 340.000.

37. Sobre o CPC 35, que trata de *Demonstrações Separadas*, marque a assertiva incorreta:

- a) Demonstrações separadas são aquelas apresentadas adicionalmente às demonstrações consolidadas ou adicionalmente às demonstrações contábeis de investidor que não possui investimentos em controlada, mas possui investimentos em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto em que os investimentos em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto devem ser contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.
- b) As demonstrações contábeis em que a entidade não possui investimentos em controlada, em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto são consideradas demonstrações separadas.
- c) As demonstrações separadas devem ser apresentadas de acordo com todos os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis.
- d) Dividendos de controladas, coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto devem ser reconhecidos nas demonstrações separadas da entidade, quando o direito ao seu recebimento pela entidade for estabelecido. O dividendo deve ser reconhecido no resultado do período, a menos que a entidade opte por usar o método da equivalência patrimonial, caso em que o dividendo deve ser reconhecido como redução do valor contábil do investimento.
- e) A elaboração de demonstrações separadas é uma opção da entidade. Não obstante, a entidade é requerida pela lei societária a apresentar demonstrações contábeis individuais.

38. Uma empresa comercial apresentou as seguintes informações, que foram extraídas da demonstração do resultado e do balanço patrimonial ao fim do período de reporte X1:

Lucro Líquido	R\$ 400,00
Despesa de depreciação	R\$ 200,00
Despesa de equivalência patrimonial	R\$ 100,00
Despesas de juros	R\$ 150,00
Juros a pagar, em 01/01/X1	R\$ 100,00
Juros a pagar, em 31/12/X1	R\$ 50,00
Imposto de renda e contribuição social pagos	R\$ 100,00
Contas a receber de clientes, em 01/01/X1	R\$ 500,00
Contas a receber de clientes, em 31/12/X1	R\$ 850,00
Estoques, em 01/01/X1	R\$ 500,00
Estoques, em 31/12/X1	R\$ 400,00
Contas a pagar, em 01/01/X1	R\$ 200,00
Contas a pagar, em 31/12/X1	R\$ 500,00

Considerando as informações apresentadas e assumindo os juros pagos como atividades operacionais, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é de:

- a) R\$ 400,00;
- b) R\$ 500,00;
- c) R\$ 600,00;
- d) R\$ 850,00;
- e) R\$ 900,00.

39. A sociedade CAFECOMCONTABILIDADE apresentava os seguintes saldos em 31/12/2022:

- Caixa e equivalente de caixa: R\$ 30.000.
- Empréstimo a diretor com recebimento em 60 dias: R\$ 15.000.
- Receita de vendas recebida antecipadamente com prazo de realização de 370 dias: 33.000.
- Estoques previstos para serem vendidos em 120 dias: 24.000,00.
- Clientes, com recebimento em 180 dias: 36.000,00.
- Crédito Fiscal: 1.000,00
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 28.800.
- Terreno destinado à valorização: R\$ 60.000.

- Perdas estimadas com teste de recuperabilidade do terreno: R\$ 6.000.
- Perdas estimadas com desvalorização de estoques: R\$ 2.400.
- Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 1.800.

Com base nos saldos acima, assinale a opção que indica o ativo não circulante da sociedade em 31/12/2022.

- a) R\$ 69.800,00
- b) R\$ 70.800,00
- c) R\$ 83.400,00
- d) R\$ 84.400,00
- e) R\$ 90.000,00

40. Sobre o Patrimônio Líquido, analise as assertivas a seguir:

- I. No caso das sociedades que não sejam por ações, podem existir lucros ainda não destinados a reservas ou à distribuição aos sócios. Nesse caso, podem ficar sob a rubrica de Lucros Acumulados.
- II. A subscrição do Capital Social é o ato através do qual o interessado formaliza sua vontade de adquirir um valor mobiliário.
- III. A operação em que a companhia paga aos acionistas o valor de suas ações por razões de dissidência nos casos previstos na legislação societária é denominada resgate de ações.
- IV. Quando o lucro a realizar é decorrente da receita de equivalência patrimonial, sua realização se dará apenas quando houver a baixa ou alienação de tais investimentos.

Marque a alternativa que contém todas as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II, III e IV
- d) III e IV
- e) I, II e IV

41. A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor.

Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de

- a) R\$ 1.120,00
- b) R\$ 1.050,00
- c) R\$ 1.000,00
- d) R\$ 930,00
- e) R\$ 880,00

42. A empresa Desenrola S.A. realizou, em 01/12/2019, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Desenrola S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2019, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2019,

- a) Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- b) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.
- e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

43. A partir do que dispõe a NBC TG 46 (R2), que trata da mensuração a valor justo, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

- () O valor justo é uma mensuração específica da entidade e não uma mensuração baseada em mercado.
- () O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data do balanço.
- () A entidade precisa ser capaz de vender o ativo específico ou transferir o passivo específico em um mercado na data de mensuração para que possa mensurar o valor justo com base no preço desse mercado.
- () Os custos de transação incluem custos de transporte.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.
- b) V, V, V, F.
- c) V, F, V, V.
- d) V, V, V, V.
- e) F, F, F, F.

44. Em setembro de 2022 a empresa C investiu R\$ 35.000,00 em ações de outras companhias, contabilizando a transação em seu ativo não circulante investimento. Desse investimento, R\$ 20.000,00 deverão ser avaliados por “Equivalência Patrimonial” e R\$ 15.000,00, pelo Método do Custo.

Durante o exercício em questão, as empresas investidas obtiveram lucros que elevaram seus patrimônios líquidos em 4%, tendo elas distribuído dividendos de tal ordem que coube à Calcedônia o montante de R\$ 600,00, sendo metade para os investimentos avaliados por Equivalência Patrimonial e metade para os investimentos avaliados pelo Método do Custo.

Com base nessas informações, podemos afirmar que, no balanço patrimonial da empresa C relativo ao exercício de 2022, deverá constar contabilizado um investimento no valor de

- a) R\$ 35.000,00.
- b) R\$ 35.500,00.
- c) R\$ 35.800,00.
- d) R\$ 36.100,00.
- e) R\$ 36.400,00.

45. Uma máquina tem vida útil de oito anos, desde que seja trocado seu motor ao final do quarto ano, motor esse de valor relevante. Considere a seguinte distribuição do custo da máquina toda a ser feita na aquisição:

- Máquina, exceto motor: R\$ 24.000.000,00
- Motor: 8.000.000,00
- Imobilizado total: 32.000.000,00

O valor contábil do imobilizado ao final do quarto ano será:

- a) R\$ 12.000.000,00
- b) R\$ 8.000.000,00
- c) R\$ 24.000.000,00
- d) R\$ 21.000.000,00
- e) R\$ 9.000.000,00

ECONOMIA

Celso Natale

46. Com base nos conceitos de Contas Nacionais, considere que o país “Macrolândia” envia renda no valor de \$ 5.000 para o exterior e recebe rendas no valor de \$ 8.000.

Considerando a informação acima, é correto afirmar que:

- a) PIB > PNB.
- b) PIB < PNB.
- c) PIB = PNB.
- d) PIB < PNL.
- e) PNL > PNB

47. O multiplicador monetário será menor, tudo o mais constante, quanto:

- a) menor for a preferência das pessoas por depósitos à vista;
- b) menor a proporção de reservas dos bancos comerciais;
- c) menor a proporção de moeda retida pelo público em relação aos meios de pagamento;
- d) menor o custo de locomoção das pessoas aos bancos;
- e) maior o número de agências bancárias

48. Analise os trechos a seguir:

- I. A moeda atua como um meio intermediário aceito universalmente para a realização de transações econômicas. Ela facilita as trocas de bens e serviços, eliminando a necessidade de troca direta, simplificando assim a complexidade das transações.
- II. A moeda serve como um meio de preservar valor ao longo do tempo. As pessoas podem poupar ou acumular riqueza em forma de moeda, confiando que ela reterá seu valor ao longo do tempo, permitindo futuros gastos ou investimentos.
- III. A moeda fornece uma medida comum para avaliar e comparar o valor de diferentes bens e serviços. Isso permite que os participantes do mercado estabeleçam preços, contabilizem transações e realizem cálculos financeiros de forma eficiente.

Os trechos acima tratam, respectivamente, das seguintes funções da moeda:

- a) unidade de conta / meio de troca / reserva de valor;
- b) reserva de valor / meio de troca / unidade de conta;
- c) unidade de conta / reserva de valor / meio de troca;
- d) meio de troca / reserva de valor / unidade de conta;
- e) meio de troca / unidade de conta / reserva de valor.

49. A curva IS é negativamente inclinada porque:

- a) a economia encontra-se no caso de “armadilha pela liquidez”.
- b) o investimento é perfeitamente inelástico à taxa de juros.
- c) há uma relação inversa entre a taxa de juros e a renda.
- d) a política monetária é expansionista.
- e) a política fiscal é contracionista.

50. Com relação aos modelos macroeconômicos de crescimento, analise o quesito a seguir.

No que diz respeito ao modelo de Solow, é incorreto afirmar que:

- a) quanto maior for a taxa de depreciação, menor será o estoque de capital por trabalhador, pois a depreciação reduz o estoque de capital.
- b) quanto maior for a taxa de poupança, menor será o consumo por trabalhador.
- c) quanto maior a taxa de poupança, maior o bem-estar da sociedade.
- d) quanto maior for a taxa de crescimento populacional, menor será o estoque de capital por trabalhador.
- e) quanto maior a taxa de poupança, maior será o estoque de capital por trabalhador.

51. Assinale a alternativa que consiste em uma consequência decorrente da venda de títulos no mercado aberto pelo Banco Central.

- a) Elevação do preço dos títulos emitidos pelo governo.
- b) Aumento da demanda agregada.
- c) Redução da taxa de reserva compulsória.
- d) Aumento no volume dos meios de pagamento.
- e) Elevação da taxa de juros.

52. A ocorrência de um choque industrial negativo, devido à crise em determinados países, fará com que a curva de Phillips no curto prazo:

- a) sofra um deslocamento para a direita e ocorra uma elevação na taxa de inflação.
- b) sofra um deslocamento para a esquerda e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- c) não sofra deslocamento, mantendo a taxa de inflação inalterada.
- d) sofra um deslocamento para a direita e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- e) sofra um deslocamento para a esquerda e ocorra uma elevação na taxa de inflação.

53. Sabe-se que na Microlândia, país vizinho à Macrolândia, os encaixes totais mantidos pelo sistema bancário representam 50% do total dos depósitos à vista em conta corrente.

Sabendo que a população da Microlândia mantém 40% dos meios de pagamento na forma de moeda manual, é possível concluir que um aumento de \$3.000 na base monetária significa um acréscimo nos meios de pagamento de aproximadamente:

- a) 2856
- b) 3570
- c) 3927
- d) 4284
- e) 4998

54. A respeito das taxas de câmbio, analise as afirmativas a seguir:

I. Diante de desvalorizações cambiais, haverá pressões inflacionárias no regime de câmbio flexível.

II. *Em uma economia aberta com perfeita mobilidade de capitais e regime de câmbio fixo, se a autoridade monetária decidir resgatar títulos públicos, o resultado final será o produto da economia inalterado.*

III. Um regime cambial flutuante consiste na atribuição do governo para intervir no mercado de divisas sempre que a variação de sua moeda em relação a outras aproximar-se de valores previamente estabelecidos.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- e) se nenhuma afirmativa estiver correta.

55. Na teoria econômica, os tributos são classificados como diretos ou indiretos. São exemplos de tributos indiretos do sistema tributário brasileiro:

- a) IPI, CSLL, ISS, IPTU.
- b) ICMS, IPVA, ITR.
- c) ICMS, ISS e IPI.
- d) IRPF e IRPJ.
- e) IPVA, IPTU e ITR.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

Eduardo Mocellin

56. Considere verdadeira a afirmação:

“Nenhum Analista de Planejamento e Orçamento é perfeito”.

Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

- 1. Se Joaquim não é Analista de Planejamento e Orçamento, então é perfeito.
- 2. Se Joaquim é perfeito, então não é Analista de Planejamento e Orçamento.
- 3. Se Joaquim não é perfeito, então é Analista de Planejamento e Orçamento.

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, V, V.
- c) F, F, V.
- d) F, V, F.
- e) V, F, F.

57. Assinale a alternativa que corresponde à negação da afirmação a seguir:

“Todo Analista de Planejamento e Orçamento é estudioso e esforçado”.

- a) “Todo Analista de Planejamento e Orçamento não é estudioso ou esforçado.”
- b) “Todo Analista de Planejamento e Orçamento não é estudioso e esforçado.”
- c) “Existe Analista de Planejamento e Orçamento que não é estudioso ou é esforçado.”
- d) “Existe Analista de Planejamento e Orçamento que não é estudioso e não é esforçado.”
- e) “Existe Analista de Planejamento e Orçamento que não é estudioso ou não é esforçado.”

58. O sindicato dos Analistas de Planejamento e Orçamento do Rio de Janeiro está fazendo uma campanha, entre seus filiados, para arrecadar fundos destinados a uma nova pintura na sede. Contatados 60% dos filiados, verificou-se que se havia atingido 75% da quantia necessária para a pintura, e que a contribuição média correspondia a R\$ 120,00 por filiado contatado. Então, para completar exatamente a quantia necessária para a pintura, a contribuição média por filiado, entre os restantes filiado ainda não contatados, deve ser igual a

- a) R\$ 50,00
- b) R\$ 60,00
- c) R\$ 80,00
- d) R\$ 100,00
- e) R\$ 120,00

59. Um bônus de R\$ 1.664,00 será dividido entre os vendedores A e B de uma loja de forma inversamente proporcional ao número de clientes insatisfeitos com os atendimentos deles. Se a razão entre o número de clientes insatisfeitos com os vendedores A e B é $\frac{3}{5}$, então o vendedor A receberá a quantia de:

- a) R\$ 227,40
- b) R\$ 624,00
- c) R\$ 998,40
- d) R\$ 1.040,00
- e) R\$ 1.071,40

60. Cinco equipes de beach tennis (A, B, C, D, E) disputaram um torneio. Sobre a pontuação final de cada equipe sabe-se que:

- A fez mais pontos que E e C
- B fez mais pontos que A e D
- E fez mais pontos que C
- D fez mais pontos que A ou C

A partir dessas informações, pode-se afirmar que a equipe campeã foi

- a) A
- b) B
- c) C
- d) D
- e) E

61. Observe a sequência infinita a seguir:

1, 3, 12, 14, 56, 58, 232 ...

Considerando que a sequência apresenta uma lei de formação, o décimo termo dessa sequência é:

- a) 938
- b) 936
- c) 934
- d) 932
- e) 930

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$P(Z < 0,5) = 0,691$; $P(Z < 0,8) = 0,788$; $P(Z < 1) = 0,841$;
 $P(Z < 1,2) = 0,885$; $P(Z < 1,28) = 0,90$; $P(Z < 2) = 0,977$
 $P(Z < 1,5) = 0,933$; $P(Z < 1,8) = 0,964$;

O diâmetro de uma peça é uma variável aleatória X , com distribuição normal com média μ (cm) e desvio padrão igual a 1,5 cm.

62. Ao vender a peça, o lucro obtido pelo fabricante é de 50 reais se X se distanciar de sua média por, no máximo, 1,5 cm e, é de - 10 reais caso contrário.

Nessas condições, calcule o lucro esperado por peça

- a) 30,60 reais
- b) 30,70 reais
- c) 30,80 reais
- d) 30,90 reais
- e) 40 reais

63. Sabe-se que 90% dos valores de X são superiores a 5 cm. Nessas condições, calcule o valor de μ , em cm

- a) 6,72 cm
- b) 6,92 cm
- c) 7,16 cm
- d) 7,36 cm
- e) 7,8 cm

O enunciado a seguir refere-se às questões 64 e 65.

Em um experimento binomial com três provas, a probabilidade de ocorrerem dois sucessos é doze vezes a probabilidade de ocorrerem três sucessos.

64. Calcule a probabilidade de fracasso

- a) 20%
- b) 60%
- c) 70%
- d) 75%
- e) 80%

65. Calcule o valor de $F(1)$, onde F é a função distribuição acumulada de probabilidade

- a) 89,6%
- b) 91,2%
- c) 88,4%
- d) 92,4%
- e) 86,8%

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

66. A principal finalidade da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informações para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, sendo que as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) são atributos que tornam a informação útil para os usuários.

Considerando as disposições tratadas na NBC TSP – Estrutura Conceitual, quando uma informação tempestiva é apresentada nos relatórios, um auditor deverá considerar que

- a) essa informação possibilita que usuários identifiquem semelhanças e diferenças entre dois fenômenos, não sendo aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes ou vice-versa.
- b) essa informação permite que os usuários compreendam o seu significado, de modo que a informação corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada.
- c) essa informação aprimora a sua utilidade como insumo no processo de prestação de contas e responsabilização, além da sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios.
- d) essa informação representa fielmente um fenômeno econômico, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica, sendo alcançada quando completa, neutra e isenta de erros materiais.
- e) essa informação assegura aos usuários que as informações contidas nos relatórios contábeis representam fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar, não necessitando ser um ponto único estimado.

67. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) define como ativo o recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso de modo que haja a geração do potencial de serviços para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços.

À luz desse entendimento, um auditor de determinado Ente recebeu uma ordem de serviço a fim de verificar se o ente controla o recurso no presente, devendo observar a existência dos seguintes indicadores:

- I. a existência de direito legítimo ao potencial de serviços.
- II. a capacidade de restringir o acesso ao recurso.
- III. os meios que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos.
- IV. a propriedade legal.

Após análise dos itens, assinale a opção correta.

- a) somente os itens I, II e III devem ser observados como indicadores de recursos pelo auditor, restando o item IV como uma característica essencial para o reconhecimento do ativo.
- b) somente os itens II e IV devem ser observados como indicadores de recursos pelo auditor, restando os itens I e III não conclusivos acerca do controle.
- c) somente os itens II e III devem ser observados como indicadores de recursos pelo auditor, restando os itens I e IV não conclusivos acerca do controle.
- d) todos os itens devem ser observados pelo auditor como indicadores de recursos, mesmo não sendo conclusivos acerca do controle.
- e) todos os itens devem ser observados como indicadores de recursos pelo auditor, sendo conclusivos acerca do controle.

68. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) define o ativo contingente como sendo um ativo possível, resultado de eventos passados e cuja a existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Caso determinada autarquia pública verifique a provável entrada de recursos decorrente de um ativo contingente, o setor de contabilidade deverá registrá-lo

- a) em conta patrimonial apropriada no balanço patrimonial.
- b) como fluxo de caixa das atividades operacionais da entidade.
- c) em conta de natureza orçamentária no balanço orçamentário.
- d) em contas de controle do plano de contas aplicado ao setor público.
- e) como variação patrimonial aumentativa na demonstração das variações patrimoniais.

69. O Estado Zeugma adquiriu mercadorias para serem distribuídas por valor irrisório à população carente das cidades afetadas pela passagem de um ciclone extratropical que assolou a região sudoeste do estado.

Com relação a esse entendimento e considerando o que determina a NBC TSP 04 – Estoques, um auditor de controle deverá avaliar essas mercadorias pelo

- a) maior valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.
- b) menor valor entre o custo de aquisição e o custo corrente de reposição.
- c) maior valor entre o custo de aquisição e o custo corrente de reposição.
- d) menor valor entre o custo corrente de reposição e o valor realizável líquido.
- e) menor valor entre o custo de aquisição e o valor justo.

70. O Estado Beta possui participação societária na Cia. Alpha avaliada ao método do custo.

À luz das disposições contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), um auditor de controle deverá

- a) reconhecer as distribuições provenientes do rendimento como outras receitas correntes.
- b) reconhecer as distribuições provenientes do rendimento como receitas de investimentos.
- c) reconhecer os rendimentos na medida em que forem sendo distribuídos pela investida.
- d) reconhecer os rendimentos independentes de ocorridos ou não o fato gerador.
- e) reconhecer os rendimentos na medida em que receber as distribuições de lucros.

71. A despesa para o exercício de 20X4 do Estado Zeugma corresponde ao montante de R\$ 35 milhões de reais. Sabe-se que, até o encerramento do exercício financeiro, houve o empenho de 70% das despesas devidamente autorizadas. Além disso, sabe-se que dentre essas despesas do exercício 20x4, os gastos com a manutenção de veículos ao longo do exercício montavam o valor de R\$ 2,5 milhões de reais, sendo totalmente liquidados e pagos no exercício corrente.

À luz desse entendimento, foi levantado que 40% das demais despesas foram liquidadas e pagas, fazendo com que um analista de planejamento e orçamento registre como restos a pagar o valor de

- a) R\$ 22 milhões.
- b) R\$ 10,5 milhões.
- c) R\$ 13,2 milhões.
- d) R\$ 24,5 milhões.
- e) R\$ 8,8 milhões.

72. A NBC TSP – Estrutura Conceitual, elenca as bases de mensuração de ativos e passivos e define como sendo a seleção que reflete, de modo adequado, os custos dos serviços, a capacidade operacional e financeira da entidade, sendo útil na prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

À luz dessa perspectiva, uma base de mensuração que dificulta a avaliação da capacidade financeira da entidade é o

- a) custo de cumprimento.
- b) custo de reposição.
- c) preço líquido de venda.
- d) valor em uso.
- e) valor de mercado.

73. Alguns ativos são definidos como “patrimônio cultural” devido a sua relevância cultural, ambiental ou histórica, como por exemplo, monumentos, edificações, sítios arqueológicos, áreas de conservação, reservas naturais e obras de arte.

À luz da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, a seguir são apresentadas certas características que são geralmente apresentadas por itens do patrimônio cultural, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) são geralmente substituíveis podendo seus valores aumentar ao longo do tempo.
- b) obrigações estatutárias podem impor severas restrições à sua alienação por venda.
- c) seus valores podem aumentar ao longo do tempo, mesmo se sua condição física se deteriorar.
- d) há dificuldade em estimar a sua vida útil, podendo ser de centenas de anos.
- e) seu valor é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro.

74. O principal objetivo das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade em detrimento à obtenção de lucros e geração de retorno financeiro aos investidores.

À luz do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), os principais instrumentos que evidenciam o aspecto fiscal compreendem

- a) o relatório resumido da execução orçamentária e os balanços orçamentário e financeiro.
- b) o relatório de gestão fiscal e o balanço financeiro.
- c) o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais.
- d) o relatório resumido da execução orçamentária e a lei de responsabilidade fiscal.
- e) o relatório de gestão fiscal e o relatório resumido da execução orçamentária.

75. Em conformidade com a Lei nº 4.320/64, o balanço orçamentário demonstrará as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas. Além disso, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) mantém essa demonstração atualizada. À luz desse entendimento, o quadro principal dessa demonstração evidenciará

- a) as receitas informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções.
- b) os restos a pagar inscritos na condição de não processados liquidados em exercício anterior.
- c) os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas fases de execução.
- d) os saldos de restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados.
- e) as despesas orçamentárias apresentadas conforme a classificação funcional.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

76. A respeito das Externalidades e dos Bens Públicos, indique qual das afirmativas abaixo está incorreta.

- a) A propriedade estatal, diferentemente da não exclusividade e da não rivalidade, não é característica inerente aos bens públicos.
- b) Caso a produção de um bem venha a gerar externalidades negativas, então o subsídio à produção pode ser uma medida útil para aumentar o bem-estar.
- c) O mero ato de consumir determinado bem é capaz de gerar externalidades negativas, sendo essa uma característica decorrente também da produção de bens.
- d) A presença de externalidades impede que a alocação de recursos seja eficiente no sentido de Pareto.
- e) Ao aumentar a tributação sobre a venda do cigarro, elevando seu preço, o governo está contribuindo para reduzir uma externalidade negativa.

77. Envolve as ações do governo para manter a estabilidade macroeconômica, controlando a inflação, o desemprego e promovendo o crescimento econômico por meio de políticas monetárias e fiscais.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando sua função:

- a) Monetária
- b) Distributiva
- c) Alocativa
- d) Estabilizadora
- e) Reguladora

78. Considere uma situação caracterizada pela presença de uma externalidade positiva. Nesse contexto, tem-se que o benefício marginal social:

- a) será igual ao benefício privado;
- b) será igual ao custo marginal privado;
- d) não guarda relação com o benefício marginal privado;
- d) ficará abaixo do custo marginal privado;
- e) excederá o benefício marginal privado.

79. Alguns bens e serviços não podem ter sua produção e consumo determinados pelas teorias clássicas da Microeconomia. Isso pode ocorrer por várias razões, como o fato de ser impossível impedir que um indivíduo desfrute do benefício trazido pelo bem ou serviço, mesmo que não tenha pago por ele.

Um exemplo típico é a belíssima queima de fogos, que ilumina determinada região e seus arredores. Digamos que o presidente da associação de moradores do bairro “Santo Abel” cobrasse os vizinhos pelo show proporcionado pela queima de fogos, seria possível que determinados moradores se beneficiassem da iluminação e do espetáculo proporcionado, mesmo sem pagar pelo preço do serviço.

Considerando as informações e a situação hipotética do caso da queima de fogos, conclui-se que a situação acima descrita é conhecida como:

- a) problema do carona;
- b) bens públicos;
- c) assimetria de informações;
- d) externalidades negativas;
- e) tragédia dos comuns.

80. Acerca dos aspectos gerais das Falhas de Mercado, assinale a opção incorreta.

- a) O uso excessivo de determinado recurso comum causa ineficiência.
- b) As externalidades são falhas de mercado que ocorrem quando a decisão de um agente prejudica o bem-estar dos demais agentes.
- c) Tanto as externalidades negativas quanto as positivas representam causas de ineficiência do mercado.
- d) A existência de free-riders, também conhecidos como “caronas”, promove incentivos para que o setor privado ofereça bens não exclusivos.
- e) O aumento do consumo de determinado bem público implica custo marginal muito baixo, devido à sua característica de não rivalidade.

81. Com base na Teoria da Tributação, considere que em determinado país o sistema tributário é muito injusto, pois não considera as diferenças entre as preferências das pessoas. Essas preferências são privadas e não reveladas na economia.

Dessa forma, é possível concluir que, nesse país:

- a) o sistema tributário causa distorções, sendo ineficiente no sentido de Pareto.
- b) a eficiência econômica não guarda relação com as distorções que um sistema tributário provoca no comportamento dos agentes econômicos.
- c) o governo não consegue influenciar a economia através do sistema tributário, mas somente por meio de políticas monetárias.
- d) não há relação entre a justiça tributária e a equidade entre os agentes econômicos.
- e) o sistema tributário ótimo sempre busca promover o bem-estar social, sem levar em consideração a restrição de receita do governo.

82. A respeito do sistema de tributação, analise as afirmativas a seguir:

- I. Para que um sistema tributário seja considerado eficiente, é preciso que ele também seja considerado equitativo.
- II. Um sistema tributário será mais eficiente se aumentar a cobrança de tributos sobre produtos com alta elasticidade do que sobre produtos com elasticidade bastante baixa.
- III. Os impostos sobre valor agregado não provocam o chamado “efeito cascata”, além de elevarem a eficiência do sistema tributário.

Assinale

- a) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- b) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- c) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- d) se apenas a afirmativa II for verdadeira.
- e) se apenas a afirmativa III for verdadeira.

83. De acordo com a curva de Laffer, a elevação da tributação em uma estrutura cuja alíquota ainda não atingiu o ponto ótimo:

- a) permite que os tributos regressivos onerem a camada mais rica da população.
- b) irá afetar negativamente o volume de arrecadação.
- c) contribui para a arrecadação fiscal somente em um ambiente inflacionário.
- d) pode acarretar em aumento na arrecadação fiscal.
- e) não causa efeitos sobre a atividade econômica.

84. Acerca da Teoria da Tributação, analise as afirmativas abaixo.

- I. Esse princípio propõe que os impostos devem ser cobrados de acordo com a capacidade econômica dos indivíduos.
- II. Esse princípio busca minimizar o impacto dos impostos nas decisões econômicas dos contribuintes.
- III. Esse princípio defende que a taxa de imposto deve ser proporcional à base tributável, ou seja, à quantidade de renda ou riqueza.

Os itens I, II e III possuem, respectivamente, características inerentes à:

- a) capacidade contributiva, neutralidade e proporcionalidade.
- b) capacidade contributiva, regressividade e progressividade.
- c) equidade, neutralidade e proporcionalidade.
- d) capacidade contributiva, regressividade e equidade.
- e) verticalidade, equidade regressiva e equidade progressiva.

85. Em relação à política fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A Política Fiscal busca combater a inflação através do controle da taxa básica de juros.
- b) Para contrair o nível de atividade econômica, o governo deve reduzir a tributação.
- c) A inflação de demanda deve ser controlada por meio da expansão nos gastos do governo.
- d) No curto prazo, a política fiscal expansionista via gastos públicos incentiva o crescimento econômico.
- e) Em um contexto de pressão inflacionária, a adoção de uma política fiscal exige a elevação dos gastos públicos.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

86. Relativamente às regras pertinentes ao orçamento público, a Constituição Federal disciplina que

- a) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
- b) As leis orçamentárias devem ser reguladas por lei complementar.
- c) O Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes de política fiscal, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- d) O orçamento fiscal abarca aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público vinculadas a seguridade social.
- e) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de renúncias de receitas e benefícios concedidos.

87. O incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos atende ao princípio orçamentário do (a):

- a) publicidade.
- b) especificação.
- c) clareza.
- d) transparência.
- e) integração.

88. O princípio da não afetação da receita está previsto no art. 167, IV, da CF e comporta uma série de exceções, dentre as quais aponta-se corretamente:

- a) a vinculação de tarifa a um serviço de pedágio prestado por concessionária de serviço público.
- b) a vinculação de imposto para financiar atividades de administração tributária.
- c) a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- d) a vinculação de taxa à utilização de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte.
- e) a vinculação de imposto para financiar programa de construção de escolas de ensino fundamental por dez anos.

89. Suponha que, no decorrer do processo de votação do Orçamento da União, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, tenha sido incluída emenda individual parlamentar de caráter impositivo, cujos recursos serão repassados por transferência com finalidade definida. Nesse caso, afirma-se corretamente que

- a) Pelo menos 70% dos recursos deverão ser aplicados em despesas de capital.
- b) Os recursos serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio.
- c) Os recursos serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União.
- d) Os recursos poderão ser utilizados para pagar inativos.
- e) Os recursos pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira.

90. As leis orçamentárias federais são leis temporárias, pois possuem prazos específicos previstos no texto constitucional. Sobre o tema, é correto afirmar que

- a) O projeto de lei orçamentária será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- b) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até quatro meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa
- c) O projeto do plano plurianual, com vigência até o final do mandato presidencial, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- d) O projeto de lei orçamentária será encaminhado até oito meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- e) O projeto do plano plurianual, com vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

91. Em agosto de 2022, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro verificou que a dotação orçamentária destinada a atender despesas com Serviços de Terceiros seria insuficiente, razão por que procedeu à abertura de crédito orçamentário adicional com o intuito de atender a tal despesa. Para a abertura do referido crédito, nos termos da Lei nº 4.320/1964, uma possível fonte de recurso utilizada foi

- a) o superávit financeiro apurado em Balanço Financeiro do exercício de 2021.
- b) o superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2022.
- c) a anulação parcial de um crédito adicional especial.
- d) a economia orçamentária verificada no Balanço Orçamentário do exercício.
- e) o excesso de arrecadação do exercício anterior.

92. É alteração orçamentária que implica a criação de uma nova ação com todos os seus atributos ou o desdobramento de uma ação existente em novo subtítulo ou plano orçamentário

- a) a originada por abertura de créditos suplementares, especiais e extraordinários.
- b) a originada por abertura de créditos suplementares apenas.
- c) a originada por abertura de créditos extraordinários apenas.
- d) a originada por abertura de créditos especiais apenas.
- e) a originada por abertura de créditos especiais e extraordinários apenas.

93. A Lei nº 4.320 de 1964, que trata sobre a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, dispõe que:

- I. A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e exclusividade.
 - II. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
 - III. A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a desequilíbrio orçamentário.
 - IV. Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- a) todas as assertivas estão corretas.
 - b) apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - c) apenas as assertiva IV está correta.
 - d) apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - e) nenhuma assertiva está correta.

94. As etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Sobre o tema, é incorreto afirmar que

- a) O recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores.
- b) O lançamento é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- c) São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.
- d) O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria.
- e) Os recibos fornecidos pelos agentes arrecadadores devem conter o nome da pessoa que paga a soma arrecadada, proveniência e classificação, bem como a data a assinatura do agente arrecadador.

95. Conforme a classificação por identificador de resultado primário, as receitas do Governo Federal podem ser divididas em primárias (P), quando seus valores são incluídos no cálculo do resultado primário e financeiras (F), quando não são incluídas no citado cálculo. É uma receita primária a que consta em

- a) Cota-parte de compensações financeiras.
- b) Contratação de operações de crédito.
- c) Aplicações financeiras.
- d) Juros de operações financeiras.
- e) Emissão de títulos.

96. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, sendo que tal regra

- a) aplica-se mesmo nos casos de impedimento de ordem técnica.
- b) aplica-se exclusivamente às despesas obrigatórias.
- c) impede que haja o cancelamento de programações para abrir créditos adicionais.
- d) subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas.
- e) subordina-se apenas ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais, inexistindo subordinação a regras relativas a limites de despesas.

97. Paulo, deputado federal, quando da apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual na Comissão Mista de Orçamentos do Congresso Nacional, decidiu apresentar uma emenda com o intuito de aumentar a destinação de recursos para a área de segurança pública. Para tanto, é correto afirmar que

- a) Paulo apenas poderá propor tal emenda se ficar comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- b) A única possível fonte de recursos é a anulação de despesas constantes do projeto de Lei Orçamentária Anual, ressalvadas as despesas sobre pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais.
- c) Paulo poderá indicar a anulação de despesas com encargos sociais como fonte de recursos para a emenda proposta.

d) A emenda deve ser, obrigatoriamente, compatível com os termos do Plano Plurianual, e, se possível, compatível com os termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

e) Paulo poderá indicar a contratação de operações de crédito como fonte de recursos para a emenda proposta.

98. Marina, assessora de uma deputada estadual, está estudando os requisitos para a renúncia de receita, tendo em vista o interesse da deputada no assunto. Após muita análise do texto da Lei de Responsabilidade Fiscal, a assessora explicou corretamente que

a) A concessão de isenção em caráter geral e não geral é considerada como renúncia de receita.

b) É obrigatório que o ato do qual decorra a renúncia esteja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

c) É obrigatório que o ato do qual decorra a renúncia esteja acompanhado da demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária.

d) É obrigatório que o ato do qual decorra a renúncia esteja acompanhado de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

e) O cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança deve atender aos requisitos para a renúncia de receita.

99. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, importante instrumento de planejamento da gestão pública, incorporou novas funções a partir da publicação da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), dentre as quais pode-se apontar como correta:

a) definir condições para transferências de recursos a entidades privadas.

b) prever a reserva de contingência, a qual poderá ser utilizada para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

c) demonstrar o comparativo da dívida consolidada e mobiliária com os limites da LRF.

d) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

e) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.

100. Ao efetuar o cálculo de sua Receita Corrente Líquida, conforme os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município do Rio de Janeiro deverá realizar o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes e, posteriormente,

a) deduzir os valores transferidos aos Estados por determinação constitucional.

b) deduzir os valores de contribuições pagas pelo trabalhador e pelos demais segurados da previdência social.

c) deduzir os valores oriundos da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

d) deduzir os valores de contribuições do servidor público para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.

e) deduzir os recursos recebidos da União para atendimento das despesas com servidores federais.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravyelle*

101. No contexto do planejamento orçamentário e governamental no Brasil, qual importante instrumento de gestão foi estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, visando o controle e a transparência das contas públicas?

- a) Planejamento Participativo de Longo Prazo (PLP).
- b) Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (SPOF).
- c) Orçamento Participativo Municipal (OPM).
- d) Plano de Metas e Prioridades (PMP).
- e) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

102. Na trajetória histórica do orçamento público, a "Lei do Meio" desempenhou um papel fundamental. Tal marco ocorreu durante qual técnica orçamentária?

- a) Orçamento Desempenho
- b) Orçamento Funcional
- c) Orçamento Base Zero
- d) Orçamento Por Estratégia
- e) Orçamento por Objeto

103. No âmbito das políticas econômicas, a relação entre orçamento público e política fiscal se destaca como um instrumento crucial para a regulação da economia de um país. No contexto brasileiro, a política fiscal refere-se principalmente:

- a) Ao controle da oferta monetária e à administração das taxas de juros.
- b) Ao ajuste das alíquotas do Imposto de Renda e à regulação das taxas de câmbio.
- c) À gestão das despesas e receitas do governo, buscando o equilíbrio das contas públicas.
- d) Ao controle da inflação por meio do estímulo ao consumo e ao investimento.
- e) À regulação das transações comerciais internacionais e ao fomento das exportações.

104. No contexto da política fiscal, o conceito de "superávit primário" desempenha um papel fundamental como um indicador-chave das finanças públicas de um país. Esse termo refere-se:

- a) Ao montante de dinheiro destinado pelo governo para investimentos em projetos de infraestrutura.
- b) Ao excesso de receitas tributárias em relação às despesas do governo em um período, desconsiderando os gastos com pagamento de juros da dívida pública.
- c) Ao saldo positivo da balança comercial de um país, resultante do aumento das exportações.
- d) À diferença entre a arrecadação de impostos diretos e indiretos no país.
- e) Ao valor total das reservas internacionais acumuladas por um país ao longo de um ano.

105. No contexto das normas contábeis aplicadas ao setor público, o reconhecimento da receita pública é um processo essencial para a adequada prestação de contas e transparência das finanças governamentais. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), acerca da receita pública, é correto afirmar que:

- a) deve ser reconhecida quando o valor a receber for estimado, independentemente de ter ocorrido o efetivo ingresso de recursos financeiros.
- b) O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação e decorre do enfoque orçamentário, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva.
- c) deve ser reconhecida quando a despesa correspondente for liquidada, independentemente de haver disponibilidade de caixa.
- d) deve ser reconhecida quando a receita for prevista no orçamento, independentemente de ter ocorrido o efetivo ingresso de recursos financeiros.
- e) deve ser reconhecida quando a valor estiver em processo de negociação com entidades privadas, ainda que não haja qualquer compromisso formalizado.

106. O empenho é o primeiro estágio da despesa e precede sua realização, estando restrito ao limite do crédito orçamentário. A formalização do empenho dá-se com a emissão da Nota de Empenho (NE), comprometendo dessa forma os créditos orçamentários e tornando-os indisponíveis para nova utilização. Acerca da figura do pré-empenho, tem-se que

- a) consiste em verificar se há condição de cumprir com o direito do credor, registrado no empenho. Tal verificação é feita a partir da comprovação documental do respectivo crédito
- b) consiste na entrega do numerário ao credor, extinguindo a obrigação.

c) representa a utilização dos recursos financeiros, com vistas ao atendimento e à realização das ações orçamentárias atribuídas a cada unidade.

d) permite reservar parte do crédito orçamentário a ser utilizado após a conclusão do processo licitatório, quando for o caso.

e) compreende um conjunto de atividades com o objetivo de ajustar o ritmo de execução do orçamento ao fluxo provável de recursos financeiros.

107. No contexto da gestão orçamentária e financeira do setor público, os restos a pagar representam despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro. Em relação ao cancelamento de restos a pagar processados, é correto afirmar que:

a) O cancelamento de restos a pagar processados só pode ser efetuado por meio de lei específica aprovada pelo Poder Legislativo.

b) O cancelamento pode ocorrer por decisão do Poder Executivo, desde que devidamente justificado por razões de economia orçamentária.

c) Esses restos, geralmente, não podem ser cancelados, pois já foi fornecido o bem ou prestado o serviço, e a administração não pode descumprir a obrigação de pagamento do credor.

d) O cancelamento de restos a pagar processados depende da aprovação do Tribunal de Contas responsável pela fiscalização das contas públicas.

e) O cancelamento de restos a pagar processados está condicionado à disponibilidade financeira e à autorização legislativa, seguindo os princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal.

108. No contexto da gestão orçamentária governamental, o decreto de programação e contingenciamento desempenha um papel relevante na administração dos recursos públicos. Esse decreto é uma ferramenta utilizada pelo governo para:

- a) Ampliar os limites de gastos fixados no orçamento, visando estimular a economia em momentos de crise.
- b) Realizar transferências voluntárias para municípios e estados, com o objetivo de fortalecer a cooperação intergovernamental.
- c) Promover a flexibilização das regras de licitação para acelerar a execução de obras públicas prioritárias.
- d) Ajustar a execução das despesas de acordo com a arrecadação efetiva, garantindo o equilíbrio entre receitas e gastos.
- e) Criar fundos especiais para financiar projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

109. No contexto da administração pública, o suprimento de fundos é uma modalidade de adiantamento de recursos financeiros concedida a servidores para despesas que não possam ser submetidas a processos normais de liquidação. Essa modalidade é regulamentada por normativos específicos e envolve:

- a) A autorização para saque de recursos em dinheiro diretamente do Banco Central, com o objetivo de suprir demandas emergenciais.
- b) A possibilidade de os servidores utilizarem seus próprios recursos para custear despesas, sendo ressarcidos posteriormente pelo governo.
- c) A concessão de um cartão de crédito corporativo aos servidores, para que possam efetuar pagamentos de despesas de forma mais ágil, autorizadas em portaria específica.
- d) O adiantamento de recursos financeiros a servidores, com prestação de contas posterior, mediante comprovação da aplicação dos recursos.

e) A realização de licitações específicas para contratação de fornecedores que atenderão às despesas realizadas pelos servidores.

110. No contexto da gestão orçamentária, o Plano Orçamentário representa um importante instrumento de planejamento financeiro e controle das ações governamentais. Suas inovações visam

- a) Permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo/localizador de gasto
- b) Reduzir a participação da sociedade civil na definição das prioridades de gastos governamentais.
- c) Fortalecer a autonomia dos órgãos de controle externo na fiscalização das despesas públicas.
- d) Proporcionar uma visão integrada e estratégica das metas e objetivos do governo, alinhando-as com os recursos disponíveis.
- e) Impedir a realização de investimentos e gastos emergenciais, direcionando os recursos apenas para despesas correntes.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

111. Mônica passou no concurso do ISS RJ (estudando no Estratégia Concursos, nem precisava dizer, né?) e, ao receber o seu primeiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 28.800,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 30.720,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Mônica é:

- a) 2,50% a.m.;
- b) 2,60% a.m.;
- c) 2,70% a.m.;
- d) 2,80% a.m.;
- e) 2,90% a.m..

112. Mônica, ao assumir seu cargo no fisco do RJ, aplicou um capital no valor de R\$ 18.000,00, durante 8 meses, a juros simples, com uma taxa de 18% ao ano. No final do período, o montante é resgatado por Mônica e aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. A soma dos juros das duas aplicações, obtido por Mônica, é igual a

- a) R\$ 4.012,30.
- b) R\$ 4.026,40.
- c) R\$ 4.176,00.
- d) R\$ 4.226,40.
- e) R\$ 5.417,10.

113. Mônica desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Mônica, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Mônica. Podemos deduzir que o valor que Mônica recebeu foi de:

- a) R\$ 32.500,00
- b) R\$ 32.520,00
- c) R\$ 32.820,00
- d) R\$ 32.640,00
- e) R\$ 33.940,00

114. Marcela tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga

um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m..

Portanto, Marcela pagará, na quarta prestação, o valor de:

Dado: $1,07^5 = 1,4$ $1,07^6 = 1,5$

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 6.025,00
- c) R\$ 6.125,00
- d) R\$ 6.175,00
- e) R\$ 6.250,00

115. Mônica, uma jovem empreendedora, pegou um empréstimo e tem que realizar doze pagamentos mensais, iguais e sucessivos, no valor de R\$ 10.000,00 cada, sendo o primeiro deles ao final do primeiro mês. Porém, percebendo que não conseguiria cumprir com o acordado, Mônica sugeriu substituir esses pagamentos por um único a vencer ao final do décimo terceiro mês. Se a taxa de juros compostos do financiamento é de 10% ao mês, o valor que mais se aproxima desse pagamento único é

- a) R\$ 210.765,00
- b) R\$ 213.843,00
- c) R\$ 222.222,00
- d) R\$ 234.720,00
- e) R\$ 235.227,00

$i = 10\%$ ao período

n	a(n, i)	s(n, i)
12	6,8137	21,3843
16	7,8237	35,9497
17	8,0216	40,5447
18	8,2014	45,5992

116. Um servidor atrasou em 15 dias o pagamento de uma dívida de R\$ 40.000, contraída durante a pandemia, cuja taxa de juros é de 21% ao mês no regime de capitalização simples. Considerando o mês comercial de 30 dias, qual a diferença entre os juros nos regimes de capitalização simples e composta?

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 200,00
- c) R\$ 300,00
- d) R\$ 400,00
- e) R\$ 500,00

117. Para quitar uma dívida que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de P reais daqui a um ano e outro de 2P reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que P é igual a

- a) R\$ 27.000,00
- b) R\$ 29.160,00
- c) R\$ 30.326,40
- d) R\$ 31.492,80
- e) R\$ 32.659,20

118. A empresa NOSFERATU CONCURSOS contrai um empréstimo no valor de R\$ 160.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 34.936,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a) $81\% \leq S < 82\%$
- b) $80\% \leq S < 81\%$

c) $79\% \leq S < 80\%$

d) $78\% \leq S < 79\%$

e) $77\% \leq S < 78\%$

119. Cecília, ao assumir no fisco de BH, faz um investimento no valor de R\$ 200.000,00 no início de 2023. No final deste ano, o montante referente a este investimento é resgatado totalmente, e o seu valor foi de R\$ 238.560,00. Se a taxa de inflação no período deste investimento foi de 12%, então a taxa aparente e a taxa real correspondentes no mesmo período foram iguais a, respectivamente,

a) 18,50% e 7,28%.

b) 18,50% e 6,50%

c) 19,28% e 7,28%.

d) 19,28% e 6,78%.

e) 19,28% e 6,50%.

120. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a

a) R\$ 5.800,00

b) R\$ 6.000,00

c) R\$ 6.400,00

d) R\$ 6.500,00

e) R\$ 6.800,00

DIREITO FINANCEIRO*Luciana Marinho*

121. A emenda parlamentar é o instrumento que permite aos deputados e senadores realizarem alterações no orçamento anual. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) poderão alocar recursos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social autônomo. Nesse contexto, de acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas parlamentares individuais, quando apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual, serão aprovadas no seguinte percentual da RCL:

- a) 1,5% da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- b) 1,2% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,45% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
- c) 1,2% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 0,6 % destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- d) 2,5% da RCL prevista no PLOA, sendo 50% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
- e) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde.

122. O Plano Plurianual (PPA) é uma lei que define as diretrizes e os objetivos estratégicos de Governo e os programas governamentais, com recursos, indicadores e metas para cada área de atuação. Sobre o PPA, assinale a afirmativa correta.

- a) Por ser um planejamento de longo prazo, tem duração de 4 anos.
- b) Refere-se a um plano de médio prazo, com período de 4 anos.
- c) Deve ser elaborado a cada 5 anos, visando consolidar a estratégia do governo.

d) Tem duração até o fim do segundo ano do mandato posterior ao mandatário que formulou o plano.

e) Alberga um período trianual, conforme preceitua a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

123. Segundo a Constituição Federal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto uma.

- a) Entre suas competências, trata sobre as alterações na legislação tributária.
- b) Compreende as metas e as prioridades da Administração Pública federal.
- c) Estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- d) Estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- e) define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital.

124. O Controle Externo dedica-se à sua vertente política, sendo definida como a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro. A Constituição Federal diz que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) Pelo Senado Federal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- b) Pelo Conselho Nacional de Justiça, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Congresso Nacional.
- c) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas da União.

- d) pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Conselho Nacional de Justiça.
- e) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

125. Após a apreciação das contas do chefe de Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o TCE/RJ proferiu um parecer com a aprovação das contas do referido Gestor. Nesse contexto, pode-se afirmar que o Tribunal de Contas realizou uma ação relacionada ao controle:

- a) Externo
- b) Interno
- c) Normativo
- d) Judicial
- e) Administrativo

126. Segundo a LRF, o contingenciamento de despesas ou limitação de empenho é um mecanismo que tem por fundamento auxiliar no cumprimento das metas fiscais ao longo do exercício financeiro. Nesse contexto, pode-se afirmar:

- a) Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais.
- b) Os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira são fixados na Lei Orçamentária Anual.
- c) A aferição da compatibilidade da arrecadação de receitas com as metas de resultado primário e nominal é bimestral.
- d) A verificação é quadrimestral.
- e) Trata-se de prerrogativa exclusiva do Poder Executivo.

127. A LDO estabelece diretrizes para a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), contendo metas e prioridades do governo federal, despesas de capital para o exercício financeiro seguinte, alterações na legislação tributária e política de aplicação nas agências financeiras de fomento. Também fixa limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e dispõe sobre gastos com pessoal e política fiscal, entre outros temas.

Fonte: Agência Senado

A LRF ampliou o conteúdo a ser tratado diretamente pela LDO ou por seu anexo de metas fiscais. Segue abaixo tais atribuições, exceto:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) critérios e forma de limitação de empenho.
- c) estimativa e compensação da renúncia de receita.
- d) evolução do patrimônio líquido.
- e) normas relativas ao controle fiscal.

128. Em relação à programação financeira e ao cronograma de desembolso a serem estabelecidos e disponibilizados, a LRF diz que será:

- a) trinta dias após a publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) até trinta dias após a publicação dos orçamentos.
- c) sessenta dias após o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- d) trinta dias após a publicação do Anexo de Metas Fiscais.
- e) quadrimestralmente, junto ao Relatório de Gestão Fiscal.

129. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) tem o objetivo de permitir o acompanhamento e a análise do desempenho da execução orçamentária dos governos. Nesse contexto, o RREO será publicado:

- a) até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- b) até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre.
- c) até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.
- d) até sessenta dias após o encerramento de cada quadrimestre.
- e) até quinze dias após o encerramento de cada bimestre.

130. O endividamento público é tratado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que, entre outros assuntos, apresenta os conceitos de dívida pública. Uma delas é a dívida pública mobiliária, que pode ser definida como:

- a) dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
 - b) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens.
 - c) compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
 - d) recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
 - e) montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
